



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## **REPERCUSSÕES HOMOSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA.**

**José Renato Santos de Oliveira<sup>1</sup>; Andreza Silva dos Santos<sup>2</sup>; Ingrid de Souza Silva<sup>3</sup>; Tatiana Tarrão dos Santos<sup>4</sup>; Tatiane Pina Santos Linhares<sup>5</sup>.**

*UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB CAMPUS VII. renato-santos2@hotmail.com*

**Introdução:** No Brasil por tempos perpetuou-se uma prática historicamente construída, onde a homossexualidade foi vista pela sociedade e Psicologia como doença ou desajustamento. Assim a perspectiva de construção social do gênero e da sexualidade é questionada por ser considerada disruptiva à família conservadora, não devendo ser tratada na escola. Outro contraste diz respeito a negação dos direitos sexuais e reprodutivos que se apresenta como crença de que homossexuais são inferiores aos heterossexuais. **Objetivos:** compreender estigmas perante a sexualidade no ambiente escolar. **Justificativa:** Se faz necessário devido à escassez de estudos nacionais que avaliam a diversidade sexual no ambiente escolar. **Métodos:** Relato de experiência de um projeto de extensão com temas e temáticas sugeridos por alunos e professores. Gerado de ações disparadoras (apresentações de curta metragem), permitindo a inserção do público alvo nas discussões. Ano: 2017; Participantes: docente e discentes do curso de Enfermagem da UNEB, Campus VII, em unidade escolar da rede estadual de ensino, Senhor do Bonfim-BA. **Resultados:** observamos a curiosidade dos alunos por meio dos seus discursos perante as temáticas abordadas e como estes se comportam quando são confrontados com opiniões e relatos que divergem da dimensão patriarcal e heteronormativas. Assim a temática estimulou a reflexão frente a ações discriminatórias presente na sociedade. **Conclusão:** A abordagem da temática na escola ajuda no processo educativo de convivência com a diversidade sexual e de gênero, além de contribuir para o processo de humanização, rompendo estigmas e formando um cidadão/ã consciente das relações sociais a que está submetido.

Palavras-chave: Escola, Diversidade e Sexualidade.

### **INTRODUÇÃO**

Ao longo de nossa história a depender do momento histórico, dos valores sociais estabelecidos e dos costumes, a sexualidade e as relações homoafetivas e sexuais tiveram significados diferentes (FARIAS, 2010).

Por volta do século XX a psicologia teve um papel central na legitimação e na perpetuação do estigma relacionado às orientações não heterossexuais, uma vez que à interpretação dominante da psicologia e da psiquiatria a respeito da homossexualidade, auxiliaram no

reconhecimento e manutenção da homossexualidade como doença. O “homossexualismo” era descrito primeiro como um transtorno de personalidade e em seguida como um transtorno de identidade sexual. Tal condição foi descrita nas duas primeiras edições do manual diagnóstico de doenças psiquiátricas da Associação de Psiquiatria Americana (APA) (COSTA e NARDI, 2015).

Somente em 1973, em virtude da falta de bases empíricas que associavam a homossexualidade a indicadores de transtornos psicológicos e



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

devido às pressões do movimento pelos direitos sexuais LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais) a homossexualidade é retirada da categoria diagnóstica de doença pela APA e então retirada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (FARIAS, 2010; COSTA e NARDI, 2015).

Com advento de tais mudanças em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu que a homossexualidade não deveria ser considerada doença (FARIAS, 2010). Dentre as mudanças significativas, temos a alteração do termo “homossexualismo” para “homossexualidade”, modificando o significado trazido pelo sufixo “ismo”, relativo a doença, para a idéia do sufixo “dade” de “modo de ser” (FARIAS, 2010).

Posteriormente o termo homossexualismo deu lugar ao termo homofobia, o qual é amplamente utilizado para definir violência contra a população homossexual. “Homofobia é o pavor de estar próximo a homossexuais – e no caso dos próprios homossexuais, auto aversão”. Historicamente ao ser estabelecida, a definição de homofobia agravou a situação, uma vez que muitas cortes permitiram agressores (“anti-homossexuais”) reivindicar que suas ações se deviam a transtornos psicológicos proveniente de uma homossexualidade latente e reprimida,

diminuindo a responsabilidade individual para as consequências do preconceito, reconhecendo o comportamento discriminatório como imutável e inevitável, encorajando a manutenção da ocorrência (COSTA e NARDI, 2015).

Analisando tais dados históricos, notamos que atual cenário político brasileiro coloca em risco vários avanços sociais no campo da afirmação dos direitos das mulheres e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais/transgêneros (LGBT), trazendo ameaças aos direitos e legislações conquistados a partir do marco democrático de 1988. Atribuindo legalidade para que alguns segmentos sociais e políticos discordam que os temas da sexualidade e do gênero devam ser tratados na esfera pública, em espaços como a escola, sempre ressaltando que assuntos relacionados à sexualidade são de ordem privada, restritos ao ambiente familiar (BRANDÃO, 2018).

Além de perseguir, intimidar e desqualificar, desmontar o modelo contrário a seus “valores”, com pensamentos análogos grupos conservadores, entendem que a perspectiva de construção social do gênero e da sexualidade pode ser questionada por ser considerada disruptiva à família conservadora, não devendo ser tratada na escola.

Quanto aos direitos sexuais e reprodutivos destes grupos, notamos que os mesmos



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas da Mulher

estabelecem tensões históricas. Remetem a temas que têm sido, por séculos, alvo de muitos embates na área dos direitos humanos, como o direito à autodeterminação feminina no que tange sua sexualidade, à anticoncepção e à homossexualidade (MATTAR, 2008).

A herança cultural patriarcal e heteronormativas para o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos cederam, em partes mínimas, mas significativas com os movimentos de mulheres e, mais recentemente, de grupos de pessoas LGBT, em diferentes lugares do mundo (BORRILLO, 2009; MATTHEWS & ADAMS, 2008).

Percebe-se que nas últimas décadas o panorama construído é o do entendimento de que os direitos sexuais e reprodutivos fazem parte dos direitos humanos, onde a vivência da sexualidade importa não apenas a liberdade e a autonomia, mas também todo o conjunto de direitos de cidadania (BARSTED 2005).

Do ponto de vista jurídico, na Europa e na América do Norte o reconhecimento de direitos sexuais da população LGBT desenvolve-se a partir de demandas que invocam o direito à privacidade e o direito de não sofrer discriminação, tratando da não-intromissão estatal ou de terceiros nas escolhas e práticas individuais. A história jurisprudencial na Europa e nos Estados Unidos, sempre enfatizou a privacidade como

cláusula constitucional principal para a afirmação de direitos de indivíduos e de grupos LGBT (RIOS, 2007).

O que se vive, no entanto, independentemente dos aspectos jurídicos é que as pessoas com condição sexual que diverge dos padrões heteronormativos impostos em sociedade, como a comunidade LGBT e outros, sofrem não apenas discriminação e violações/violências físicas, bem como a omissão dos seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como a falta de posicionamentos e direcionamentos jurídicos relacionados a tal tema, o que evidencia a necessidade da tomada de medida urgentes por órgãos competentes (HASSLER, 2010). Esse trabalho se faz necessário devido à escassez de estudos nacionais que avaliam a diversidade sexual no ambiente escolar, tem por objetivo compreender estigmas perante a sexualidade no ambiente escolar.

### **METODOLOGIA**

O presente artigo trata-se de um relato de experiência de um projeto de extensão, fundamentado na educação popular em saúde, visando as trocas de saberes, elucidações e direcionamentos frente a temática. Os temas sempre sugeridos por alunos e professores, sendo as temáticas adequadas para idade dos participantes. Desenvolvido em 2017 e meados 2018 durante as práticas do projeto de extensão



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

“Educação Sexual nas Escolas”, em um colégio estadual no município de Senhor do Bonfim-BA. Durante o curso das oficinas estiveram presentes uma psicóloga pertencente ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), uma docente e sete discentes do curso de Enfermagem da UNEB, Campus VII, bem como discentes e docentes da instituição alvo, totalizando no ano de 2017, 108 meninas e 137 meninos, e no ano de 2018, 88 meninas e 52 meninos, com faixa etária compreendida entre 14 e 20 anos, além de 10 docentes pertencentes a referida escola. As ações foram desenvolvidas em 33 encontros por meio de oficinas com duração de 2 horas cada. O projeto utilizou como estratégias, ações disparadoras como apresentações de curta metragem, teatro e músicas e demais recursos audiovisuais (slides, panfletos, banners, etc.) permitindo a inserção do público alvo nas discussões.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

O reconhecimento da homossexualidade é um processo lento, manifestado a partir da década de 70, através do Movimento de Liberação Gay, nos Estados Unidos. As formas de combate à diversidade sexual em cada cultura influenciam a maneira como o sujeito lida com sua própria sexualidade, modificando também a maneira como os mesmos acreditam que as demais pessoas deveriam se comportar (FARIAS, 2010).

Na atualidade o preconceito é forte e enraizado em nossa cultura e determinados grupos sociais ainda acreditam que a homossexualidade é uma opção. Em um cenário que a única opção deveria ser dada a quem sofre a discriminação, já, que a única opção existente nesse cenário consiste na escolha de contar ou não para a sociedade sobre seus desejos homossexuais, ao fato de querer ou não se assumir perante o social (FARIAS, 2010).

Tal panorama atinge de maneira negativa o público LGBT no ambiente escolar. Diante dessa temática Costa e Nardi (2015) ressaltam que resultados de pesquisas psicológicas no contexto anglo-saxão, sobretudo norte-americano relacionado a homofobia, expressam que: homens e mulheres têm atitudes similares em relação a mulheres homossexuais, mas homens tendem a ser mais preconceituosos em relação a homens homossexuais; mulheres tendem a ser menos preconceituosas do que homens; pessoas com idade mais avançada tendem a estigmatizar mais os indivíduos não heterossexuais do que aquelas de meia idade; uma maior escolaridade está associada a um menor grau de preconceito; pessoas que tiveram contato prévio com indivíduos não heterossexuais tendem a ser menos preconceituosas do que aquelas que nunca tiveram.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Santos (2012) em sua pesquisa intitulada *Homossexualidade no Ambiente Escolar* ressalta que ao perguntar em sala de aula: “Você seria o melhor amigo de uma pessoa homossexual?” 16 alunos responderam que sim, enquanto 10 responderam que não, dos que responderam que não 8 eram meninos, podemos então concluir que existe uma correlação entre o machismo e preconceito homossexual,

Concordando com Santos (2012); Costa e Nardi (2015) foi perceptível em nossa vivência que a homossexualidade no ambiente escolar é vivida de maneira diferente entre os indivíduos do sexo masculino e feminino, é notório que o indivíduo do sexo masculino é mais estigmatizado e atingido por preconceitos, fazendo com que muitas vezes o mesmo não saiba qual o grupo à qual pertence, ver-se muito reclusão e exclusão por parte dos meninos relacionados a outros meninos e suas companhias quase que exclusivamente femininas. Quanto ao público feminino, na maioria dos casos, meninas homossexuais tendem a ser acolhidas pôr o público masculino e feminino, nota-se a presença das mesmas nos dois grupos, de maneira aceitável, porém algumas meninas ainda estabelecem distanciamento a homossexualidade, devido a crenças familiares que não permitem que determinados tabus sejam quebrados.

Para o homem é muito mais difícil conviver com um homossexual, devido ao receio e preconceito de ser comparado a um “gay”, cria-se uma barreira entre o heterossexual e o homossexual. No caso da mulher, as críticas em ter um amigo “homo” masculino são bem menores, mas ao ter uma amiga “lésbica” a situação muda, pois a amizade dar lugar a um suposto interesse afetivo, contudo, as recriminações recaem com mais fervor em cima do homem, favorecendo então na exclusão social destes grupos vulneráveis (SANTOS, 2012).

Ainda em conformidade com o que foi mencionado anteriormente é válido destacar como as desigualdades socioeconômicas fazem parte deste processo, uma vez que a escola a qual a temática foi trabalhada não possui mecanismos suficientes para oferecer suporte (psicológico, educacional) para com o grupo em questão, a mesma não detém de recursos econômicos e humanos suficientes para a resolução das necessidades relacionadas à sexualidade, já que se traduz em uma escola pública, com orçamento na maioria das vezes defasado, a qual trabalha com pessoas pertencentes a regiões rurais e áreas urbanas menos favorecidas economicamente (periferia), cercadas de pobreza, machismo, submissão, violência e ignorância, os quais atingem estes indivíduos denegrindo então sua autonomia, usurpando seus direitos, forçando-





## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

os a assumir um duplo comportamento perante a família e sociedade.

Quanto às repercussões no ambiente escolar, as mesmas são transcritas por meio dos resultados negativos refletidos no ambiente escolar, retratado a partir índices de evasão escolar, desinteresse nas disciplinas ofertadas, conflitos com professores e colegas que não compreendem a sexualidade, agressividade com os familiares. Ainda nessa perspectiva podemos ressaltar a associação destes estigmas e conflitos familiares (que muitas vezes não sabe lidar com a sexualidade) ao uso abusivo e precoce de álcool, uma vez que estes sujeitos encontram-se vulneráveis psicologicamente e socialmente e tem acesso facilitado a esta droga lícita, podendo ser presenciada a partir da reunião de grupos de estudantes em uma praça pública próxima ao ambiente escolar. Nesse pensamento Nery et all. (2014) salienta que estudantes que não relatam ter sido alvos da discriminação homofóbicas avaliaram sua experiência escolar de forma mais positiva que seus pares que experienciaram essa discriminação.

Percebe-se também que à segregação desenvolve uma necessidade integrativa por parte dos indivíduos homossexuais, por várias vezes são expressadas tentativas de busca por atenção, é perceptível o aluno homossexual, principalmente do sexo masculino, ser o destaque, falando por vezes acima do tom,

sendo o membro de destaque do grupo, atraindo para si a atenção das pessoas que estão ao seu redor, demonstrando uma necessidade crescente de ocupação do espaço que é seu por direito, de ser visto e respeitado como os demais que ali estão.

A perspectiva que os alunos e professores heterossexuais têm a respeito dos alunos homossexuais pode ser muito diversificada, dependendo de influências como família, religião e a sociedade em geral (SANTOS, 2012). Ao avaliar a relação aluno e professor, é notório que a mesma se desenvolve a partir dos valores que esse professor possui, fica claro a boa relação entre aluno e professor quando o professor é desrotulado de preconceitos e valores que segregam, tal indagação é expressada a partir das suas ações frente a temática e as relações que estes possuem com os alunos. Do mesmo modo quando o professor é carregado de preconceitos a relação deste tende a ser conflituosa e a relação do aluno com demais colegas tende a ser abalada, uma vez que a segregação e o preconceito se mantém forte, fortalecendo, doutrinas conservadoras, excludentes e o preconceito, alavancando os índices de conflitos, agressões físicas e verbais e perpetuação de estigmas.

Segundo Nery (2015) a família é o contexto ideal para formação desses indivíduos. No entanto, a forma como isso ocorre depende em



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

muito das peculiaridades de cada família, que pode sentir-se despreparada para a abordagem do tema. Entende-se que manter uma comunicação harmoniosa e eficaz com o filho adolescente pode ser uma das tarefas de maior dificuldade que os pais podem enfrentar, é difícil lidar com a sexualidade de seus filhos quando eles próprios ainda são cercados de tabus e indefinições, alguns deles não possuem base teórica ou histórica para isso, já que, quando adolescentes, o assunto também foi negligenciado por seus pais.

Em conformidade com Nery (2015) ao analisar o papel da família em nosso contexto, percebemos que na maioria dos casos a mesma não se faz presente na vida do adolescente, uma vez que se mostram despreparados e cercados de tabus, repassando ao docente e demais membros da escola assistir e garantir o “aporte familiar” para com estes alunos, ficando evidente a não aceitação familiar e os conflitos sofridos devido à orientação sexual destes indivíduos.

### CONCLUSÃO

Diante dos relatos expostos e dos resultados encontrados percebemos que a questão sexual, possui muitos viés negativos, ao discutir as possíveis soluções relacionadas às repercussões homossexuais no contexto escolar, deve-se primeiramente destacar a necessidade de oferta e capacitação de

professores, que na maioria das vezes, mesmo sem preparo e conhecimentos relativo a sexualidade, atua no cenário procurando resolubilidade para demandas dos alunos, demandas estas que vão além do contexto escolar, agindo como o substituto legítimo da família, que na maioria dos cenários encontra-se despreparado intelectualmente e emocionalmente para lidar com situações que envolvam a homossexualidade.

Necessitamos ainda romper as barreiras da discriminação e preconceito que se perpetua por anos, geradas a partir da não compreensão da sexualidade. As universidades devem ofertar conhecimentos relativo ao problema, os serviços de saúde devem atuar em parcerias com a educação, uma vez que a não elucidação das necessidades escolares refletem negativamente no setor saúde e a educação por sua vez deve atuar ampliando o modo de pensar de seus indivíduos, para que haja respeito às diferentes orientações sexuais.

Se faz importante ainda o envolvimento da família, a capacitação da mesma nesse processo educacional, uma vez que temas que envolvem a sexualidade não é responsabilidade exclusiva da escola, profissionais de saúde e da esfera governamental, cabe a todos de forma interdisciplinar a oferta de condições necessárias para o crescimento pessoal e psicológico destes indivíduos. A abordagem da



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

temática na escola ajuda no processo educativo de convivência com a diversidade sexual e de gênero, além de contribuir para o processo de humanização, rompendo estigmas e formando um cidadão/ã consciente das relações sociais a que está submetido.

### REFERÊNCIAS

BARSTED, L.L. Conquistas da sexualidade no campo do direito. *Sexualidade - Gênero e Sociedade*, Ano XII, n. 23/24/25, p. 160-172, out. 2005.

BORRILLO, D. A homofobia. In T. Lionço & D. Diniz (Eds.), *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio* (pp. 14-46). Brasília: Letras Livres. EdUnB. (2009).

BRANDAO, E. R.; LOPES, R. F. F.. “Não é competência do professor ser sexólogo” O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, Abr. 2018.

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em psicologia*, v. 23, n. 3, 2015.

FARIAS, M. O. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, p. 104-115, 2010.

HASSLER, M.L. Direitos humanos e homossexualidade: conquistas e desafios-uma contribuição. *Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos*, v.3, n.1, p.22. 2010.

MATTAR, L. D.. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. *Sur, Rev. int. direitos human.*, São Paulo , v. 5, n. 8, p. 60-83, Jun. 2008 .

MATTHEWS, C. R.; ADAMS, E. M. Using a social justice approach to prevent the mental health consequences of heterosexism. *The journal of primary prevention*, v. 30, n. 1, p. 11-26, 2009.

NERY, I. S. et al . Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. *Acta paul. enferm.*, São Paulo , v. 28, n. 3, p. 287-292, Jun. 2015 .

RIOS, R. R. Direitos sexuais de gays, lésbicas e transgêneros no contexto latino americano. *Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos*, v. 31, 2007

SANTOS, V. Homossexualidade no ambiente escolar. Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012.